



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

Abril de 2015

Boletim Informativo
N.º 12/2015

REUNIÃO:

• Plenário de
14/04/2015

Presenças:

Presidente

Procuradora-Geral da República, Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal

Vogais

- Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Euclides José Dâmaso Simões e Alcides Manuel Rodrigues;
- Procurador-Geral-Adjunto Dr. Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães;
- Procuradores da República Dr. João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma e Dr.ª Ana Cristina dos Santos Silva Ermida;
- Procuradores-Adjuntos, Drs. Sandra Elisabete Milheirão Alcaide, Jorge Manuel Alves de Oliveira (Membro permanente), Sofia Margarida Correia Gaspar e Ricardo Rodrigues da Costa Correia Lamas;
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. Alfredo José Leal Castanheira Neves, José Manuel Vieira Conde Rodrigues e Professora Doutora Cristina Manuela Araújo Dias;
- Membro designado por Sua Excelência a Ministra da Justiça, Dr. António José Barradas Leitão (Membro permanente).

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira .

SUMÁRIO: (Pág)

Actas	2
Comentários no <i>facebook</i>	2
Pedido de exoneração	3
Autorização para o exercício de actividade	3
Indicações para cargos e comissões de serviço	3
Recursos	4
Magistrados no DCIAP	5

ACTAS

1. O Conselho procedeu à aprovação da acta da reunião em Plenário de 24 de Março de 2015.

COMENTÁRIOS NO FACEBOOK

2. Notícias relacionadas com comentários publicados por magistrados do Ministério Público num grupo fechado no *Facebook*.

O Conselho deliberou instaurar inquérito para averiguação de eventual responsabilidade disciplinar de magistrados do Ministério Público relacionada com comentários publicados no *Facebook*.

Votou contra esta deliberação a Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República “*por entender que, em face dos elementos disponíveis, dificilmente se pode configurar alguma infracção disciplinar, em particular, em espaços onde coexiste a liberdade de expressão. Ademais, no âmbito do processo disciplinar, os meios de prova legalmente admissíveis em ambiente digital prefiguram uma baixa expectativa de resolução do caso, em especial no que respeita à determinação dos respectivos autores.*”.

Votaram igualmente contra os Senhores Drs. Euclides José Dâmaso Simões, Alcides Manuel Rodrigues, Sandra Elisabete Milheirão Alcaide e António José Barradas Leitão.

Abstiveram-se as Senhoras Dras. Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira e Sofia Margarida Correia Gaspar.

Votaram a favor os demais membros presentes.

3. Mais deliberou o Conselho, desta feita por unanimidade:

Constituir um “núcleo de deontologia”, no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público, que tenha por missão reflectir e promover acções de sensibilização e prevenção em matérias de ética e deontologia;

Envolver a hierarquia do Ministério Público na difusão e dinamização das linhas orientadoras da deliberação deste Conselho, de 15 de Outubro de 2013, sobre o alcance do dever de reserva dos magistrados.

PEDIDO DE EXONERAÇÃO

4. Pedido de exoneração apresentado por Senhora procuradora-adjunta.

Relator: Dr.ª Francisca Van Dunem

O Conselho deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de exoneração.

AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE

5. Requerimento apresentado por Senhores Procuradores da República, solicitando autorização para se colectarem na actividade de prestação de serviços de alojamento local.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

O Conselho deliberou, por unanimidade, que nada obsta a que os requerentes se colectem na actividade indicada.

INDICAÇÕES PARA CARGOS E COMISSÕES DE SERVIÇO

6. Pedido de pronúncia acerca da renovação da nomeação da Procuradora da República, Lic. Maria Filomena Miranda de Almeida Cunha, como membro **suplente** da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou, por unanimidade, indicar a Procuradora da República, Lic. Maria Filomena Miranda de Almeida Cunha, como membro suplente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes.

7. Indicação de um representante do Conselho Superior do Ministério Público para integrar o Grupo de Gestão da Entidade Certificadora da Justiça, em substituição do Procurador da República, Lic. Carlos José de Sousa Mendes.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

O Conselho deliberou, por unanimidade, indicar o Procurador-Geral Adjunto Dr. Boaventura Marques da Costa para integrar o Grupo de Gestão da Entidade Certificadora da Justiça

8. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. José Manuel Carvalho Neves Leitão, vem exercendo no Supremo Tribunal Administrativo – artigos 125.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

9. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. António Henrique Lourenço Farinha, vem exercendo no Supremo Tribunal Administrativo – artigos 125.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

10. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. Manuel Pereira Augusto Matos, vem exercendo como Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República – artigos 128.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

11. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. José Manuel Morais dos Santos Pais, vem exercendo no Tribunal Constitucional – artigos 125.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

12. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. António Manuel da Rocha Ferreira Marques, vem exercendo no Tribunal Constitucional – artigos 125.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

RECURSOS

13. Pedido de revisão da decisão condenatória que aplicou a pena de aposentação compulsiva.

Relator: Dr. Vítor Guimarães

O Conselho deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de revisão.

13. Pedido de revisão da decisão condenatória que aplicou a pena de aposentação compulsiva.

Relator: Dr. Vítor Guimarães

O Conselho deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de revisão.

14. Recurso interposto por técnica de justiça auxiliar de despacho da Administradora Judiciária da comarca de Vila Real.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

O Conselho deliberou julgar procedente o recurso hierárquico apresentado devendo, em consequência, ser revogado o despacho da senhora Administradora Judiciária na parte em apreço.

Abstiveram-se os Senhores Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães, José Manuel Vieira Conde Rodrigues e António José Barradas Leitão.

15. Recurso interposto por técnico de justiça adjunto da deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça, que lhe aplicou a pena de “repreensão escrita”.

Relator: Dr. Ricardo Lamas

O Conselho deliberou, por unanimidade, negar provimento recurso e manter a decisão recorrida.

MAGISTRADOS NO DCIAP

16. Colocação de Magistrados no Departamento Central de Investigação e Acção Penal.

O Conselho deliberou, por unanimidade:

- a) Nomear, por destacamento e com efeitos a partir de 4 de Maio de 2015, as Senhoras Procuradoras-adjuntas Dra. Tahamara Amina Thurn-Valsassina dos Santos Dias e Rita Alexandra Ramos Madeira dos Santos para exercer funções no DCIAP;
- b) Cessar o destacamento da Senhora Procuradora da República Dra. Auristela Gomes Pereira no DCIAP e determinar o seu conseqüente regresso ao DIAP de Lisboa;
- c) Diferir para o próximo movimento a ponderação do aumento do quadro do DCIAP.